

EDUARDO DE LIMA VEIGA

—

**TERRORISMO
E DIREITO
PENAL DO
INIMIGO**

—

contornos e legitimidade à
luz do direito internacional

Copyright © 2019 by Eduardo de Lima Veiga

Categoria: Direito penal

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

V426t

Veiga, Eduardo de Lima

Terrorismo e direito penal do inimigo : contornos e legitimidade à luz do direito internacional / Eduardo de Lima Veiga. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.

220 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 183-206.

ISBN 978-85-519-1431-1

1. Direito penal. 2. Terrorismo. 3. Direito internacional. 4. Legitimidade.
I. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	XI
Introdução	1
1. Aspectos Históricos e Conceituais de Terrorismo	3
1.1 Aspectos Históricos do Terrorismo	6
1.2 O terrorismo contemporâneo	7
1.3 Definição de terrorismo	12
1.4 Tipificação de terrorismo	36
1.4.1 Abordagem penal do terrorismo na Alemanha	38
1.4.2 Abordagem penal do terrorismo na Espanha	44
2 Combate ao terrorismo e o Direito internacional	53
2.1 Princípios e propósitos regentes da ONU	54
2.1.1 Os órgãos das Nações Unidas	55
2.1.1.1 Assembleia Geral	56
2.1.1.2 Conselho de Segurança	57
2.2 O papel das Nações Unidas no controle do terrorismo	58
2.2.1 Terrorismo Jihadista	59
2.2.1.1 Origem do Islã e o terrorismo religioso: o fim do Estado laico	59
2.2.2 A ONU e a cooperação jurídica internacional no combate ao terrorismo	66
2.2.2.1 O Conselho de Segurança e a Resolução 1.373/2001	74
2.3 Terrorismo no Brasil	82
2.3.1 Histórico do terrorismo no Brasil	83
2.3.2 Lei n.º 13.260/2016 — A lei antiterror brasileira	96
3 Direito penal do inimigo	111
3.1 Direito penal do inimigo nota introdutória	112
3.2 O inimigo — Uma aproximação ao conceito	112
3.2.1 O inimigo em Cervantes. A passagem dos Galeotes	112
3.2.2 A lição dos Galeotes ou cidadão ou pessoa em Direito vs. Inimigo	114

3.3 Uma aproximação histórico-filosófica	115
3.3.1 O Inimigo em Rousseau.....	115
3.3.2 O Inimigo em Hobbes	121
3.3.3 O Inimigo em Locke	126
3.3.4 O Inimigo em Kant	129
3.4 Expansão do direito penal	132
3.4.1 Conjuntura político-criminal.....	132
3.4.2 Algumas causas da expansão do Direito Penal.....	135
3.4.2.1 Multiplicadores do fenômeno expansivo.....	141
3.4.2.2 Direito penal simbólico.....	143
3.5 O direito penal do inimigo em Jakobs: uma das terceiras velocidades do direito penal.....	146
3.5.1 Segurança cognitiva de vigência da norma	148
3.5.2 Pessoa vs. Indivíduo (inimigo) no Direito Penal.....	150
3.5.2.1 Direito penal do cidadão (pessoa) em Jakobs	153
3.5.2.2 Inimigo em Jakobs: o não pessoa	156
3.5.2.3 Características do direito penal do inimigo.....	160
3.5.2.3.1 Antecipação das barreiras de punição penal	162
3.5.2.3.2 As penas em relação ao inimigo	166
3.5.2.3.3 Relativização ou supressão de garantias processuais.....	168
Conclusão	179
Referências	183